

Fraudes na educação são contestadas

Empresas negam acusações feitas por Chiarelli

Cleber Praxedes

BRASÍLIA — As tentativas de fraudes por parte de empresas e escolas no fornecimento de bolsas de estudos do programa Salário Educação, anunciadas pelo ministro da Educação, Carlos Chiarelli, não passam de pequenas irregularidades, mas poderão deixar menores carentes de todo o país sem estudos. Essa é a única novidade no caso das tentativas de fraudes anunciado e apresentado ao presidente Fernando Collor, ao delegado Romeu Tuma e ao Tribunal de Contas da União pelo ministro Chiarelli. Entre as empresas apontadas como fraudulentas estão a Vilejack Industrial, do ex-deputado federal pelo PMDB Alexandre Machado e a Fiação do Nordeste do Brasil S.A. (Finobrasa), que tem como diretor-superintendente Nahme Jereissati, primo do ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati.

O ministro aponta como fraudes irregularidades levantadas pelos auditores do ministério nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul, que levariam a União a perder mensalmente Cr\$ 9 milhões ou Cr\$ 100 milhões por ano. O Instituto Presidente Médici, de Fortaleza, Ceará, por exemplo, que foi apontado como um dos fraudadores do Salário Educação, deverá deixar de alfabetizar 84 alunos bolsistas do pré-escolar, filhos de operários que ganham até um salário mínimo. Isso porque, de acordo com o Ministério da Educação, esses alunos não têm direito a bolsas de estudos que somente são permitidas a estudantes do primeiro grau. "Isso não é fraude. O ministro pode até dizer que estou cometendo uma irregularidade, mas fraude não", defende-se a diretora da escola Anécia Feitosa.

"Fraude é uma coisa muito séria. É enganar, papear, enrolar alguém. Admito que o ministério use o termo *irregularidade*. Se quiserem me punir tudo bem, mas isso não vai mudar meu ponto de vista. Aqui na minha escola eu tenho o costume de dar reforço às crianças para ingressarem na 1ª série. Eu estou educando. A criança para entrar na 1ª série tem que estar preparada. Fizemos teste de sondagem nos alunos, sendo 84 deles bolsistas, e chegamos à conclusão de que não estavam preparados. Isso não é fraudar. Estou desestimulada a trabalhar com o Salário Educação",

afirmou a proprietária do Instituto Presidente Médici, Anécia Feitosa. No relatório preparado pelos auditores do ministério, o instituto é apontado pela inclusão indevida de 84 alunos do pré-escolar como bolsistas do Salário Educação. Anécia afirmou que desde janeiro a escola não recebe a verba relativa aos bolsistas.

Ajuda ilegal — Também apontada como fraudulenta, a empresa Predil Imóveis Ltda., do Rio de Janeiro, deixará de atender três menores carentes que, por não terem pais trabalhando na empresa, não podem se beneficiar das bolsas de estudos. O proprietário da Predil tem direito a 20 bolsas, com o pagamento regular mensal do seu imposto do Salário Educação (2,5% da folha de pagamento), só utilizando cinco. A pedido de um funcionário, ele decidiu fornecer bolsas a três estudantes carentes cujos pais não têm vínculos com empresa, sem saber que, assim, estava cometendo irregularidade, apontada como fraude pelo ministério.

Um dos proprietários da Predil, empresa com cerca de 50 funcionários, Osvaldo Graça Couto, informou que o seu objetivo ao fornecer as três bolsas a estudantes carentes era apenas o de ajudar. "Isso não é fraude. O objetivo era a caridade. Os auditores quando foram fazer a inspeção na escola onde estudam os alunos constataram a irregularidade. Nós não sabíamos que não podíamos fazer aquilo. Agora, o colégio vai nos fornecer uma declaração informando a real situação da empresa com a escola e os três meninos deixarão de ser beneficiados", explicou Osvaldo.

A Fiação do Nordeste do Brasil S.A. (Finobrasa), com 2.800 funcionários, é acusada no relatório dos auditores de informar número de bolsistas da empresa superior às vagas permitidas. "Em função do montante da sua folha de pagamento nos meses de janeiro e fevereiro de 1991, a geração de vagas a ela (Finobrasa) permitida é de 725. Entretanto, a empresa informou 999 bolsas, com excesso de 274, o que corresponde a um prejuízo à Fazenda Nacional da ordem de Cr\$ 608.000,00 por mês", afirma o relatório do MEC.

O diretor administrativo-financeiro da Finobrasa, Augusto César Lima de Oliveira, informou que as informações contidas no relatório não correspondem à verdade. Ele explicou que as bolsas de estudos são distribuídas no mês de dezembro. De dezembro a janeiro, as bolsas de estudos subiram de Cr\$ 900 mil para Cr\$ 2.200 e a folha de pagamento da empresa não acompanhou esse aumento, reduzindo, em consequência, o

número de bolsistas. "Foi uma precipitação muito grande dos auditores. Eles chegaram aqui em março e pegaram como mês-base para seus cálculos o de janeiro. Realmente existiu a queda no número de bolsas com o aumento do seu valor no mês de janeiro. Nenhuma legislação diz que janeiro é o mês base para o cálculo das bolsas de estudos. A empresa este ano ainda não oficializou ao ministério o número de bolsistas e os auditores se basearam no número do ano passado", afirmou Augusto César Lima de Oliveira.

Surpresa — Por sua vez, o ex-deputado federal Alexandre Machado afirmou que foi pego de surpresa com o relatório do ministério. Ele solicitou aos seus diretores um levantamento completo da situação da empresa. Mas de uma coisa está convicto: não houve fraude. E explica: "Se por acaso houve atraso no recolhimento do Salário Educação nos meses de janeiro, fevereiro e março, isso é fraude? É a mesma coisa que atrasar o pagamento do Imposto de Renda. O ministério pode até dizer que estamos em situação irregular por atraso no pagamento, mas fraude isso não." A empresa do ex-deputado é apontada no relatório por "geração de despesas para os cofres públicos sem qualquer recolhimento do salário educação, no exercício corrente".

Já o Centro Educacional Marechal Rondon é acusado de fraude por "Apresentação de 534 bolsistas que não fazem jus ao benefício, por falta de vínculo dos responsáveis com as empresas. O diretor administrativo, Luiz Fernando, sem querer fazer maiores comentários, explicou que o setor jurídico da escola está estudando o assunto para tomar as providências. "O que eu posso dizer é que não havíamos recebido nenhum dinheiro até agora relativo ao pagamento de bolsas de estudo", disse ele.

No Rio de Janeiro, a divulgação do relatório pelo Ministério da Educação poderá levar uma escola, a Sociedade Educacional Tego Bonfim Ltda, localizada em Parada de Lucas, a fechar suas portas. Isso porque, quando a auditoria foi realizada, a escola estava mudando de proprietários. "Infelizmente, assumimos a escola justamente na semana em que os auditores estiveram aqui. Esse relatório está nos atrapalhando muito, já que estamos num trabalho de reformulação da instituição", afirmou uma das proprietárias, a professora Cláudia Regina. A escola é acusada pelos auditores de apresentar "nota de prestação de serviço correspondente a 815 bolsistas, quando a capacidade máxima do estabelecimento é de 240 alunos e foram encontrados somente 28".